



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837 - F:(81) 37257400

Processo nº **0005609-47.2020.8.17.2480**

AUTOR: JOSIMERE BERNARDINO MARQUES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

Inicialmente, diante da declaração de hipossuficiência financeira da parte autora, defiro o pedido de gratuidade judiciária, na forma do art. 4º da Lei 1.060/50 e 98 do CPC.

Em razão da alarmante pandemia causada pelo Coronavírus, o que levou o Poder Judiciário Estadual a adotar uma série de medidas protetivas para conter a propagação do mesmo – dentre elas a suspensão de audiências (Ato n.º 1027/2020-TJPE e Portaria n.º 20/2020, do Diretor do Foro) – deixo de designar audiência de conciliação.

Assim, cite-se a parte ré para, querendo, contestar a presente ação, no prazo legal de 15 dias, contados a partir da juntada aos autos do Aviso de Recebimento referente à carta de citação ou da juntada do mandado de citação devidamente cumprido aos autos, em conformidade com o artigo 335, inciso III do CPC, sob pena de revelia.



Com a apresentação de contestação pela ré, havendo questões preliminares ou sendo alegadas quaisquer das matérias constantes no artigo 337 do CPC, intime-se a parte autora para apresentação de réplica no prazo legal de 15 dias, em conformidade com o artigo 351 do CPC. Caso contrário, fica dispensada a intimação da parte autora para réplica.

Em caso de dispensa da réplica, ou após o decurso do prazo para sua apresentação, suspenda-se o processo pelo prazo de 90 dias, a fim de aguardar a próxima designação de Mutirão de Perícias e Conciliações em processos de cobrança de seguro DPVAT.

Cumpra-se de ordem o que for possível.

Caruaru, 18 de setembro de 2020.

Maria Magdala Sette de Barros

Juíza de Direito

